

Jornal Cidadela

EDIÇÃO Nº 1230 | JOAÇABA -SC, SEXTA-FEIRA 18 DE JULHO DE 2025 | E-MAIL: ciadela@uol.com.br | FONE/WHATS: (49) 9 9980-0604



oBoticário

Qualifica SC:
Simulados nas 1.038
escolas estaduais para
avaliação



Governo e GOL anunciam novos voos partindo de Chapecó e Correia Pinto



**Escola
Julieta
Lentz
Puerta,
de Joaçaba,
com
diversas
melhorias**

ALERTA DE
GOLPE

Estamos capengando

Por Vinicius Schmitz de Carvalho*

O Brasil, ultimamente vem caminhando com dificuldades, com hesitação e até vacilo, como vimos assistindo no dia a dia. Certamente que não é possível enumerar a pluralidade de situações inaceitáveis de impunidade, mas vamos discorrer sobre algumas situações.

Fraude contra aposentados, vem ocorrendo um terrível vacilo, onde os fraudadores, mesmo identificados não foram compelidos a devolver os valores da farra, passando o próprio governo a propor a devolver os valores surripiados, caracterizando que o povo ou cidadão em geral, irá novamente arcar com seus impostos pagos, para repor os valores desviados por golpe e remanejados para o exterior de "n" formas, mas com a segurança da impunidade e até blindagens conhecidas.

A farra dos empréstimos consignados não contratados, objeto de fraudes, mas descontados dos rendimentos de aposentados e pensionistas, continuam a todo o vapor, obrigando os lesados a buscar no judiciário uma tênue possibilidade de recuperar.

No golpe em forma de empréstimos consignados junto a instituições financeiras, os fraudadores se utilizam de documentos adulterados, utilizando uma cédula de identidade adulterada, somente trocando a foto e

fotocopiando a identidade colorida e com documentos de identificação falsificados, conseguem liberar valores de segurados do INSS, restando ao segurado prejudicado, a obrigação de liquidar as parcelas automaticamente debitadas ou descontados das aposentadorias ou benefícios do INSS.

Tem-se alertado, uma forma de evitar os golpes com o uso da "biometria", com parceria com Cartórios eleitorais e o instrumento de reconhecimento facial, para a concessão do crédito e autorização de débitos pela fonte pagadora. Já alertado em novembro de 2024 por este "Jornal Cidadela", a aplicação de golpes financeiros, praticados por fraudadores, com clonagem de WhatsApp, App por SMS, e-mails falsificados e atualmente pelo descaramento de praticar o golpe, por telefone, identificando processos judiciais, precatórios pendente de pagamento, identificando valores em caderneta de poupança em instituições financeiras (bancos), com documentação falsificada, trazendo nas ligações telefônicas até a foto dos advogados do processo, como forma de lograr êxito no golpe.

Já divulgado neste Jornal Cidadela, uma das formas utilizadas, que são as "LISTAS" criminalmente obtidas, comumente conhecidas como prática do

"PHISHING", que é a obtenção de dados pessoais das vítimas com uso de links suspeitos e instalação de vírus capazes de roubar informações.

Paira no nosso Brasil a insegurança jurídica, pois continua acontecendo as fraudes e inexistem medidas para fazer cessar um golpe, de possível perseguição, pois deixam rastros pelos telefones utilizados, pelas contas bancárias que se destinam os valores furtados.

Usa-se nesta oportunidade de um "relembre" o que já foi avisado, em face de que no decorrer desta semana (10 a 16/jul/25), em nossas cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Catanduvas, ocorreram inúmeras tentativas de golpes, que em face a um alerta repassado por telefone como "GOLPE, GOLPE, GOLPE", evitaram muitos crimes financeiros, mas em alguns casos, os larápios tiveram pleno sucesso.

Para conhecimento deste tipo de golpe, pelas informações obtidas das vítimas, o criminoso liga para a vítima, informando ter um valor a receber, informando número do precatório, número do processo judicial, número da conta-corrente da vítima, valor do processo, foto do advogado do processo e em continuação informa a liberação de um valor por exemplo R\$ 30.000,00, pedindo a vítima que verifique na sua conta

bancária, para confirmar a liberação do valor, ficando em linha telefônica, quando a vítima informa que não tem o valor anunciado na conta, pede a senha para verificar e desbloquear o valor a liberar e aí acontece o golpe, com o saque de todo o saldo em conta corrente.

Eu Vinicius, pessoalmente fiz uma investigação, de uma outra forma de golpe que ocorreu em nossa cidade, onde um valor de poupança foi desviado e creditado na conta de uma pessoa na cidade de PRAIA GRANDE/SP, e, exatamente no momento do crédito na conta de destino, o valor foi integralmente sacado e constatado pela agência bancária, que foi aberto a conta com documentação falsificada, sendo impossível localizar o golpista.

Avisa-se, que quando ligam via telefone, ofertando compra de alvarás judiciais ou precatórios ou decisões judiciais, não caia no golpe, procure ou ligue de outro telefone para seu advogado, nunca usando o telefone que foi ofertado, pois clonado.

Outro golpe que merece atenção, cuide-se, quando ligam ou passam por whatsapp, dizendo ser um familiar, com alegação de falso problema, alegando que precisa de algum valor urgente, usando o nome de um filho, parente ou conhecido, para pagar

alguma obrigação, não o faça, pois é golpe, sequer podendo ser usado o mesmo telefone, para confirmar, pois o telefone está também clonado.

Esta insegurança, vem facilitando a vida dos golpistas, mas não podemos permitir que o crime compense, não se omitem, façam registro na Polícia e não permitam serem derrotados pela desonestidade. Mas quando nos expressamos que caminhamos em situação capenga, nos expressamos que o que vem ocorrendo, não pode haver impunidade, deve haver investigação, responsabilização de culpados, ficando nossos governantes em meras narrativas, sem culpados, havendo isto sim, ataque a inocentes, cerceamento de liberdade, promessas de proteger as classes mais vulneráveis e pasmem, constantemente nossos dirigentes, visam tão somente encontrar uma nova forma de gerar tributos e arrecadação e no mais, continuamos caminhando mancos e sem norte.

Paira uma interrogação. Em que terreno estamos caminhando e quando vamos ter um basta nesta insegurança? Usa-se deste meio de comunicação, como forma de alertar e evitar que você não seja mais uma vítima da desinformação.

**Vinicius Schmitz de Carvalho - advogado*

Jornal Cidadela

RAZÃO SOCIAL: JORNAL E PORTAL CIDADELA LTDA - CNPJ/MF: 08.955.145/0001-58

Ofício do Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos nº 038 Livro B-02, fls. 007

SEDE: JOAÇABA - SC. - E-mail: cidadela@uol.com.br - Fone/WhatsApp: 55 (49) 9 9980-0604

Endereço: Trav. Armino Haro, 51, - Bairro Cruzeiro do Sul - JOAÇABA - SC - CEP 89600-000

Editor Responsável: Mário Serafin - Registro SC 1671 - JP

EDIÇÃO Nº 1230 - SEXTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2025

Distribuição correio eletrônico: 4.000 directs e + de 30 mil acessos

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores



Tarifaço Trump – muito além de Bolsonaro!

Por Euclides Riquetti*

O Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trupo, é um negociador experiente e habilidoso. Usa a comunicação própria para atingir seus objetivos. De sua boca e de sua caneta podem vir palavras e ações que surpreendem até mesmo seus assessores mais próximos. Luiz Inácio Lula da Silva foi um negociador habilidoso no tempo que liderava os trabalhadores metalúrgicos na discussão dos aumentos salariais deles no ABC Paulista. Agora não tem mais a agilidade mental, nem o tirocínio que já teve. Seu discurso está desatualizado, e a retórica que não consegue levá-lo para além de sua bolha.

As palavras de Lula e da Primeira Dama Rosângela precisariam se pautar na ética e numa certa lógica da economia, e não na sua intemperança. Os tempos mudaram, ele não é mais um líder sindical, mas o Presidente de uma grande nação. O casal tem suas convicções, mas Trump também tem as dele. E a dele é “make America great again”!

Pouco importa a opinião dos jornalistas, quase que sempre tendenciosa. Os isentões perderam espaço já faz tempo. Os políticos agem de acordo com seus interesses, de olho nas eleições de 2026. O Brasil tem uma Lei de Reciprocidades, que está sendo regulamentada por decreto, que o Governo está agilizando a publicação para a semana que está em curso. A reciprocidade é o que deveria prevalecer sempre. Mas só é invocada agora, quando o pitbull do Hemisfério Norte late ruidoso, talvez raivoso, contra os vira-latas do Sul. Motivos Trump tem de sobra. As ofensas do casal mor contra Trump e os Estados Unidos foram recorrentes. Vou de um ditado que aprendi na Universidade: “A barking dog seldom bites”. (Um cão que late, raramente morde).

Os Estados Unidos já taxaram o México, negociaram, reduziram, e voltam a taxar a entrada de mercadorias mexicanas. Lá as negociações estão sempre abertas, a Presidente do México é habilidosa, já está negociando com a equipe econômica dos EUA. A União Europeia está latindo, mas vai acabar negociando. As taxações exageradas são prejudiciais para ambos os lados.

No Brasil, um bobo orgulho dificulta as coisas.

Trump foi enfático ao cobrar do Judiciário Brasileiro normalidade judicial nos processos que envolvem o ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro. Os Estados Unidos não toleram gente que se alia a ditadores. Lula é alinhado a ditadores e o STF é alinhado a Lula, segundo mais de metade dos brasileiros. Parte dos juízes do Supremo costuma se manifestar publicamente sobre a política e isso em nada ajuda. Justificam o que fazem e o que dizem com o termo “Democracia”. Todos sabemos que ela é muito relativa e que a balança da Justiça não tem tido o necessário equilíbrio. É assim que a maioria dos brasileiros está vendo...

Atendimento ao público – Houve um tempo em que era dito que os funcionários públicos atendiam mal a população. No comércio, o atendimento era impecável. Havia empatia entre atendente e cliente. Normalmente, o proprietário ou o gerente estavam sempre presentes. Os tempos mudaram, muitas lojas nunca serão visitadas pelo dono, agora a coisa é muito diferente. No serviço público, a capacidade de o servidor atender bem a população melhorou, o mesmo é treinado constantemente. (Isso não é uma regra). No âmbito do particular, temos de tudo: Estabelecimentos que lidam com saúde com atendentes antipáticos, não sabem entender o drama de quem busca o serviço. Atendentes no comércio que ficam confabulando na frente do cliente, fofocando sobre colegas de trabalho. Muitas vezes nem sequer cuidam do que falam e não percebem que tem gente ouvindo. Que feio é isso! Não está contente com o que faz, muda de emprego!

Euclides Riquetti – Escritor -

www.blogdoriquetti.blogspot.com



Núcleo Jovem da Acioc visita a Laticínios Tirol



No último sábado (12), o Núcleo Jovem Empreendedor (NJE), da ACIOC, realizou uma visita técnica à Laticínios Tirol, localizada em Treze Tílias. A atividade integrou o calendário estratégico de capacitações práticas do núcleo, cujo objetivo é proporcionar aos membros experiências imersivas junto a empresas de destaque regional e nacional.

Durante a visita, os nucleados foram recepcionados pela equipe da Tirol, que apresentou a trajetória da empresa, seus modelos de gestão e os processos industriais que sustentam a produção e distribuição de uma das marcas mais reconhecidas do setor lácteo brasileiro. Os participantes também puderam conhecer, in loco, as estruturas operacionais da unidade, incluindo as etapas de produção, controle de qualidade e logística.

— A visita proporcionou uma valiosa troca de

conhecimentos, destacando lições sobre inovação, eficiência produtiva, sustentabilidade e cultura organizacional. Momentos como esse fortalecem o compromisso do NJE com a formação continuada de seus integrantes, estimulando o empreendedorismo qualificado e o pensamento estratégico — afirmou o coordenador do Núcleo, Luan Fernandes Dias.

O NJE já possui outras cinco visitas técnicas calendarizadas para o segundo semestre de 2025 com o objetivo de promover o aprendizado prático e o fortalecimento da rede empreendedora da região. A agenda contempla empresas dos mais diversos segmentos, buscando ampliar a visão de mercado dos nucleados e fomentar oportunidades de conexão e crescimento.

Alessandra de Barros

Jornalista

A Câmara de Comércio Exterior

FIESC: O que já se sabe sobre as novas tarifas de 50% dos EUA

da Federação das Indústrias de SC (FIESC) realizou nesta segunda-feira (14) uma reunião emergencial com industriais exportadores de Santa Catarina para esclarecer o que já se sabe sobre os impactos da tarifa anunciada de 50% pelo governo norte-americano.

A presidente da Câmara, Maria Teresa Bustamante, explicou que embora se tenha conhecimento sobre a intenção de Trump de taxar produtos brasileiros em 50%, ainda não foram publicadas informações oficiais pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

O que já se sabe:

- Ainda não existem detalhes oficiais sobre como as novas tarifas serão aplicadas, se haverá isenções ou reduções setoriais.
- O Departamento de Comércio dos EUA deve publicar, nos próximos dias, informações esclarecendo esses pontos.
- A aduana norte-americana também deverá publicar normas oficiais detalhando quando e como as tarifas passam a ser cobradas. Uma das principais dúvidas dos exportadores é qual data a aduana norte-americana vai considerar para início da cobrança da nova taxa (a partir de 1 de agosto), se será a data de embarque no Brasil ou a data de entrada nos Estados Unidos.
- Os setores que estão sob investigação pela seção 232, como madeira e derivados, minerais críticos e aeronaves, motores e autopeças, terão o atual nível de tarifas mantido, até que a investigação seja concluída.
- Para o aço e alumínio, setores que já estão tendo sobretaxa após a investigação da 232, não haverá cumulatividade. Neste caso, apenas a taxa já em vigor de 50%.
- Automóveis e peças de automóveis seguem taxados em 25%.
- Produtos farmacêuticos serão taxados em 200%.
- Filmes serão taxados em 100%.
- Semicondutores serão taxados em 25% ou mais.
- Cobre sofrerá taxação de 50%.

Principais setores afetados:

- Madeira e produtos de madeira - em 2024, 37,3% das exportações de SC para os Estados Unidos foram desse segmento. O setor está atualmente sob investigação para medir o impacto das importações de madeira e seus derivados sobre a segurança dos EUA - a chamada seção 232. Até o fim da investigação, as tarifas estão mantidas nos atuais patamares.
- Veículos automotores e autopeças - as exportações do ramo têm participação de 14,8% no total das vendas externas catarinenses para os EUA. Hoje, estão submetidos a tarifa de 25%.
- Equipamentos elétricos - responsáveis por 13,3% das exportações do estado para os Estados Unidos. Serão submetidos a tarifa de 50%.
- Máquinas e equipamentos - Responsáveis por 6,8% das vendas externas de SC para os EUA. Serão submetidos a tarifa de 50%.
- Móveis - responsáveis por 6,7% das exportações catarinenses para os EUA. O setor também está submetido à investigação da seção 232.

A reunião trouxe ainda informações sobre os próximos passos da FIESC na defesa dos interesses dos exportadores do estado. O presidente da entidade, Mario Cezar de Aguiar, tem reunião marcada para esta quarta-feira (16) com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e com a Secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, para tratar de tarifas. Além disso, reúne-se com a CNI em Brasília para alinhar a participação da entidade no grupo de trabalho a ser criado pelo governo brasileiro para debater o tema. A presidente da Câmara também atualizou os industriais do setor de madeira e derivados sobre o andamento da defesa brasileira na investigação da seção 232.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC



INTERATIVA CONTABILIDADE

**ABERTURA DE EMPRESAS - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - IMPOSTO DE RENDA
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CONTABILIDADE GERENCIAL - CUSTOS**

FONE: (49) 3521-2672 - Rua Getúlio Vargas, 78 - Ed. Bonato - Centro 89600-000 - Joaçaba - SC.

Governo entrega reforma e quadra da Escola Julieta Lentz Puerta, em Joaçaba



O Governo do Estado inaugurou a nova quadra poliesportiva na EEB Professora Julieta Lentz Puerta, em Joaçaba, nesta quinta-feira, 17. O investimento na obra ultrapassa os R\$ 4,7 milhões. O projeto inclui arquibancada, banheiros, vestiários, áreas de circulação, enfermaria, sala dos professores, sala de jogos e academia. Além da quadra o Governo do Estado realizou a reforma estrutural de toda a unidade escolar, além da construção de uma sala de jogos, uma sala de informática e uma biblioteca.



Atualmente, a escola estadual atende 191 estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A melhoria da infraestrutura das escolas estaduais é uma das missões da Secretaria de Estado da Educação (SED), buscando oferecer ambientes seguros, acessíveis e adequados para o aprendizado. Atualmente, 156 obras estão em andamento em todo o estado, com a expectativa de que mais de 90 sejam concluídas ainda em 2025, sendo que 39 já foram entregues neste ano.

“A garotada vai aproveitar demais essa quadra para praticar esportes e se divertir. A estrutura ficou linda do jeito que eles merecem”, destaca o governador Jorginho Mello.

“Nossas escolas precisam de atenção especial em todas as suas frentes. Com relação à infraestrutura, temos realizado um trabalho intenso e minucioso para que elas sejam ambientes acolhedores e preparados para atender toda a comunidade escolar”, ressalta a secretária de Estado da Educação, Luciane Ceretta.

A SED também tem trabalhado para garantir o avanço nas reformas das instalações elétricas. Ao todo, 127 escolas estão com obras em execução, 204 estão em fase de licitação e outras 125 estão na etapa final de

elaboração dos projetos, que serão posteriormente licitados e executados.

“Agradecemos ao governador por esta conquista, estendendo nossos agradecimentos à secretária Luciane e à secretária Patrícia. Toda a comunidade escolar celebra este momento, que para nós é motivo de grande alegria. É um sonho realizado para todos, e, como gestora e professora, sei que o principal objetivo da escola é o aluno. E vendo a felicidade deles com essa nova quadra coberta, além de toda a reforma que foi feita, isso não tem preço que pague”, destacou a diretora da escola, Beatriz Terezinha Savaris Mores.

“Antes a gente fazia esporte num lugar improvisado na verdade. Daí quando chovia a gente tinha que ficar dentro da sala de aula sem poder fazer atividade. Agora não, temos uma quadra coberta e novinha pra usar. Estamos bem contentes”, disse a aluna do sétimo ano da escola, Mariane Vitória Fiametti.

Em 2024, foram entregues 14 quadras esportivas, com um investimento total de mais de R\$ 50 milhões. Outras sete foram concluídas neste ano de 2025, das quais três já foram inauguradas. Além destas, 55 quadras esportivas estão em construção, com um investimento que ultrapassa os R\$ 140 milhões, até o momento. A previsão é de que 43 sejam concluídas ainda em 2025.





O vai e vem político

Por Neusa Maria Breda

1- E nossa Santa Catarina?

Produtos de madeira, motores e materiais elétricos compõem a lista de produtos fabricados em Santa Catarina com maior volume de vendas para os Estados Unidos.

Logicamente depois que a encenra chamada Donald Trump resolver nos "ajudar" as coisas ficaram mais difíceis!

O Observatório da Federação das Indústrias de Santa Catarina ou Fiesc, aponta que a economia de Santa Catarina já vendeu 847,2 milhões de dólares em produtos para os Estados Unidos este ano, entre janeiro e junho. Esta era a nossa certeza até que a encenra chegou.

Nosso maior volume de vendas refere-se a obras de carpintarias para a construção civil tais como painéis para revestimentos de pisos bem como base para telhados são os que representam o maior volume de vendas tanto que foram 118 milhões comercializado no primeiro semestre e representa 14% de todas as exportações de SC para os EUA.

No ao passado o Estado vendi 1,7 bilhões em produtos para eles e os mais vendidos foram os mesmos para obras de construção que chegou ao ponto de 283,9 milhes de dólares e chegamos ao ponto de considerar os Estados Unidos o segundo maior parceiro comercial do Brasil que respondeu por 14%, seguido pela China com 9,9% e Argentina 7%.

Trump alegou que os Estados Unidos registraram déficit nas relações comerciais de Santa Catarina e foram importados dos de lá 1 bilhão de dólares o que não se confirma nos dados de vendas do mercado internacional do país e nem do Estado. Assim a nossa Fiesc afirmou que o tarifaço vai gerar desemprego no Estado e defendeu a diplomacia na negociação entre os países para evitar a aplicação da taxa a partir do próximo mês.

Sem poder exportar aos EUA, a opção é jogar para um outro país as vendas. Mas não existe mercado para comprar o volume que nós produzimos e o mercado interno também não suporta tudo o que nós fazemos, afirmou o presidente eleito da Fiesc, Gilberto Seleme.

Assim se faz:

1- Obras para construções:

118,5 milhões de dólares (14%).

2- Motores elétricos: 82 milhões de dólares (9,7%)

3- Partes de motor: 72,3 milhões de dólares (8,5%)

4- Madeira serrada: 59,1 milhões de dólares (7%)

5- Madeira em forma: 58,7 milhões de dólares (6,9%)

6- Outros móveis: 58 milhões de dólares (6,8%)

7- Madeira compensada: 54,5 milhões de dólares (6,4%)

8- Transformadores elétricos: 31,9 milhões de dólares (3,8%)

9- Partes e acessórios para veículos: 30,8 milhões de dólares (3,6%)

10- Carne suína: 24 milhões de dólares (2,8%).

Vamos esperar a continuação!!!

2- E assim vai!

Confesso que achava que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, teria avisado Bolsonaro que adotaria o discurso de defesa da economia de seu estado e não a anistia aos Bolsonaristas diante da imposição da sobretaxa de 50% aos produtos brasileiros.

Tarcísio tem a capacidade de dizer que tentará a reeleição em São Paulo mas não deixará de disputar a presidência no ano que vem. Questão de tempo e muito vai e o vem que a gente conhece.

Na conversa Bolsonaro ficou calado diante do aviso de Tarcísio e não fez manifestações contrárias. Uma pessoa próxima ao ex-presidente, contudo, disse que ele saiu contrariado da reunião. No mesmo dia, em nota nas redes sociais, Bolsonaro nem entrou no mérito do tarifaço e pediu urgência aos Poderes para que atendessem exigências de Trump que o beneficiariam no julgamento.

Trump é aliado de Bolsonaro, padrinho político de Tarcísio, que por sua vez é fã do presidente dos EUA, tendo até posado com um boné do republicano após as eleições americanas, algo que tem sido explorado por aliados do Palácio do Planalto diante da atual crise.

O prejuízo econômico das medidas adotadas por Trump, estimado em bilhões de reais, escancarou o racha no bolsonarismo e colocou Tarcísio em embate direto com o deputado federal licenciado, o senhor Eduardo Bolsonaro, que está por lá celebrando o tarifaço

e esperando que seja usado para pressionar o Congresso a aprovar a anistia às pessoas ligadas à tentativa de golpe e incluindo o próprio Bolsonaro.

Eduardo se auto-exilou nos Estados Unidos para articular sanções ao ministro Alexandre de Moraes do STF e agora tem enaltecido o tarifaço de Trump. Eduardo afirma como fez em entrevista no sábado passado determinando que as tarifas são ruins para a economia paulista e que é preciso "deixar a questão política de lado e tentar resolver essa questão" que é o que ele quer e seu pai.

Tanto Eduardo como Tarcísio são cotados para receber a indicação de Bolsonaro para concorrer à Presidência no ano que vem, já que Bolsonaro está inegável ao menos até 2030. Tarcísio tem apoio dos principais dirigentes partidários da centro-direita, enquanto Eduardo é o preferido dos bolsonaristas radicais.

Já imaginaram este "destrambelhado" por lá?

No encontro, Bolsonaro demonstrou estar contente com o gesto do presidente norte-americano em sua defesa logicamente mas até quando? Até comprometer sua popularidade que já está ruim.

Tarcísio decidiu comunicar Bolsonaro pessoalmente de sua decisão após sentir pressões de empresários, do setor agrícola e de aliados —que avaliaram como nulas as chances de um projeto de anistia prosperar com base em ameaças à soberania nacional feitas por Trump.

Após a conversa, o governador iniciou uma série de movimentações para enfrentar as medidas norte-americanas.

Além de procurar a representação diplomática dos EUA em Brasília para apresentar dados sobre as transações comerciais entre São Paulo e o país, ele telefonou para ministros do STF para tentar reaver o passaporte de Bolsonaro.

Os dois voltaram a conversar após essas ações, o que foi interpretado por integrantes do Palácio dos Bandeirantes como sinal de que Bolsonaro não desautorizou a movimentação do aliado.

Bolsonaro chegou a dizer a Tarcísio que era um erro apoiar Nunes, que ele considerava fraco, mas o governador insistiu

e se mostrou certo, uma vez que o prefeito foi reeleito.

Enquanto isto o Carlos Bolsonaro publicou um texto parabenizando o governador pela articulação direta com os Estados Unidos enquanto se nota as ações de Tarcísio.

Quando Trump publicou um texto pedindo para "deixarem em paz" Bolsonaro, na última segunda-feira, Tarcísio exaltou o gesto e ainda provocou a Justiça brasileira, dizendo que o ex-presidente "só deve ser julgado pelo povo brasileiro, durante as eleições".

Na ocasião, a expectativa era que as eventuais sanções articuladas por Eduardo atingissem apenas o ministro Alexandre de Moraes mas quando a sobretaxa de 50% foi anunciada para todos os produtos brasileiros, Tarcísio inicialmente manteve a temperatura política alta, culpando Lula pela medida.

Contudo aliados do governador avaliaram que até setores tradicionalmente ligados ao bolsonarismo, como a agropecuária, poderiam se aproximar de Lula por questões de sobrevivência, para fortalecer o presidente e o Brasil em uma eventual mesa de negociação com os Estados Unidos.

Neste sábado, Tarcísio despolitizou totalmente o assunto. Em entrevista em Cerquilho, no interior paulista, disse que "a gente precisa estar de mãos dadas agora, deixar a questão política de lado e tentar resolver essa questão" e que falar em anistia, neste momento, era uma "questão de opinião".

Político é político! Tudo muda em segundos!

3- Enfim cobrando!

Não tem outro jeito! Tem sim que cobrar seja como for! Fica muito fácil pegar dinheiro público e atuar como bem entende! Esta mamata tem que acabar!

O governo enfim cobra devolução de R\$ 140 milhões por irregularidade nas emendas parlamentares destinadas à Saúde.

Municípios do Maranhão concentram a maior parte da verba de R\$ 120 milhões que a gestão federal busca recuperar. Os valores foram calculados a partir de 51 auditorias do DenaSUS, órgão do Ministério da Saúde.

As apurações apontam que os municípios receberam mais

emendas do que deveriam ao registrarem aumento fictício de consultas, exames e outros procedimentos do SUS. O teto de verba indicada por parlamentares é definido a partir desses dados.

A maior cobrança do DenaSUS, de R\$ 13,4 milhões, é direcionada para Vitorino Freire (MA), município que é governado por aliados do deputado federal Juscelino Filho do União Brasil que já saiu de lá em meio a acusações de desvio de emendas de obras públicas.

A auditoria afirma que a prefeitura não comprovou os procedimentos registrados, incluindo mais de 800 mil consultas declaradas em 2021. O município tem cerca de 30 mil habitantes.

O valor cobrado é próximo da metade de todos os R\$ 27 milhões repassados pelo Ministério da Saúde para Vitorino Freire em 2024, cifra que inclui indicações parlamentares.

A polícia Federal realizou em 2024 a Operação Hygeia e avaliaram que os recursos, inclusive as emendas de Juscelino foram desviadas.

Alguém desacredita? Com certeza não. Esta turma é a mesma de sempre. Estes valores servem para todos mas é voltado para gente mal acostumada e sem caráter!

Acreditem quem quiser! Ótimo final de semana a todos, grande e afetuoso abraço.

Lembre:

Enquanto forem permitidas campanhas eleitorais milionárias haverá corrupção no governo, pois alguém precisará pagar a conta da campanha!

Ninguém doa tanto dinheiro para uma campanha eleitoral à toa. Não existe tanto idealismo assim neste mundo ou a humanidade não padeceria de tantos males.

Enquanto forem permitidas campanhas eleitorais milionárias haverá corrupção no governo, pois alguém precisará pagar a conta da campanha, certo?

Nunca doe tanto dinheiro para uma campanha eleitoral à toa. Não existe tanto idealismo assim, neste mundo, ou a humanidade não padeceria de tantos males.

Joaçaba lança programa Cidade Empreendedora em parceria com o Sebrae

Na tarde de quarta-feira (16), a prefeitura de Joaçaba realizou o lançamento oficial do programa Cidade Empreendedora – Edição 2025/2026, em parceria com o Sebrae. O evento reuniu autoridades, lideranças do setor, convidados e a imprensa local.

O programa tem como objetivo promover a transformação local por meio da implementação de políticas públicas estratégicas que incentivem o empreendedorismo, fortaleçam as vocações locais e proporcionem uma gestão pública moderna e eficiente. A metodologia, oferece soluções específicas para os desafios e oportunidades do



município, atuando em áreas como gestão pública, governança, compras e crédito, educação empreendedora, inclusão socioproductiva e desenvolvimento de mercados.

O prefeito Vilson Sartori destacou a importância da

iniciativa para a cidade e reforçou o compromisso da administração com a inovação e o fortalecimento dos setores produtivos locais. "Esse é um projeto que firmamos em parceria com o Sebrae, que nos oferece toda uma estrutura técnica para

desenvolvermos o turismo, o agronegócio, a inovação e o desenvolvimento em Joaçaba. O que queremos com isso é fazer com que as pessoas acreditem nesses projetos. Temos muito potencial em turismo, temos um agronegócio muito

forte na nossa região, e estamos trabalhando para valorizar isso. Queremos também repensar a feira, criar programações contínuas, tudo isso sem prejudicar nossos produtores locais. O turismo movimenta a economia, traz pessoas que se divertem, estudam, negociam e deixam seus recursos aqui, fortalecendo nossos empresários e permitindo que o município continue investindo em saúde, educação e assistência social", falou o prefeito.

O investimento total do município no programa é de aproximadamente R\$ 700 mil, valor que será aplicado em diversas frentes até o final de 2026. O projeto já está

em andamento desde março deste ano e contempla ações como a reestruturação do Parque Municipal, a elaboração de um plano de manejo para a área, além da proposição de leis específicas que estão sendo discutidas com a Câmara de Vereadores.

A edição 2025/2026 da Cidade Empreendedora atuará em Joaçaba de forma integrada, abrangendo os seguintes eixos: gestão e políticas públicas, lideranças locais e governança, simplificação de processos, compras públicas e acesso ao crédito, educação empreendedora, inclusão socioproductiva, identidade, vocações e mercado.

I.nova Unoesc está com inscrições abertas para novos pré-incubados

Estão abertas as inscrições para o processo de seleção de Projetos de Empreendimentos Inovadores para o "Programa de Desenvolvimento de Startups – Fase de Pré-incubação", no Hub de Startups do Habitat de Inovação I.nova, da Unoesc. Os interessados devem preencher o formulário até o dia 3 de agosto.

Poderão submeter propostas ao Programa estudantes, egressos ou docentes da Unoesc, assim como pessoas físicas da comunidade regional. As propostas devem estar relacionadas a, pelo menos, uma das áreas de conhecimento da Unoesc: Ciências Agrárias; Ciências da Educação; Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciência Jurídica; Ciências Sociais; e Ciências da Vida e Saúde.

— O objetivo do Programa é apoiar empreendedores que possuem projetos em estágio inicial do ciclo de vida de uma startup, caracterizada como ideiação, no desenvolvimento de empreendimentos inovadores, especialmente na formação básica do planejamento do novo negócio,

gestão, relações com o mercado e análise de viabilidade — explicou o coordenador de Inovação e Empreendedorismo da Unoesc, professor Fábio Lazzarotti.

As ideias inscritas receberão acesso gratuito a treinamentos, oficinas, cursos, palestras e assessorias tecnológica, comercial, jurídica e de gestão, os quais terão relação com as etapas do Programa ou conforme demanda específica dos pré-incubados. Além disso, o Hub de Startups do I.nova Unoesc disponibilizará, sem custo fixo mensal ao pré-incubado da modalidade residente, um espaço físico multifuncional, onde poderá ficar alocado para desenvolver sua ideia.

Todos os critérios e as informações sobre as inscrições e o processo de seleção podem ser conferidos no edital do Programa.

Edital: <https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2024/04/Edital-Hub-Startups.pdf>

Formulário: <https://forms.gle/fYtvVJj9JXTzSbTa6>

Qualifica SC: Simulados nas 1.038 escolas estaduais para avaliação

Os estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio das 1.038 escolas estaduais de Santa Catarina participarão amanhã, terça-feira, 15, de simulados de verificação da aprendizagem. Essa ação é parte integrante do programa Qualifica SC, do Governo de Santa Catarina, e tem como objetivo principal qualificar o processo de ensino e aprendizagem, buscando uma educação mais eficiente, equitativa e de qualidade em todo o estado.

"O incentivo das famílias é fundamental para que seus filhos participem do simulado de avaliação da aprendizagem. Esta é uma oportunidade de olhar com atenção para nossos estudantes, entender onde estão suas maiores necessidades e repensar, juntos, os caminhos para avançar", destaca a secretária de Estado da Educação, Luciane Ceretta.

Os simulados são uma oportunidade crucial para reconhecer os desafios e impulsionar a recomposição das aprendizagens, utilizando dados reais como base e funcionando como uma ferramenta de apoio fundamental para as escolas. Com eles, será possível diagnosticar a situação atual da aprendizagem dos estudantes em nível estadual, identificando tanto as habilidades que já estão consolidadas quanto as defasagens existentes.

Os resultados desses simulados fornecerão dados comparativos entre o

desempenho previsto e o real, informações vitais para que as ações de intervenção sejam mais assertivas. "Nós vamos fazer um planejamento focado nas reais necessidades de aprendizagem, elaborando estratégias pedagógicas com base nos dados e realidade de cada unidade escolar. A organização de ações específicas por habilidade defasada será essencial para o desenvolvimento dos nossos alunos", completa a secretária.

Essa iniciativa também corrobora com a busca por melhores resultados educacionais, através de estratégias focadas no avanço do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Além disso, os simulados ambientam os estudantes com a estrutura e a lógica da avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o que contribui para uma participação mais segura e efetiva por parte deles.

Qualifica SC

O Programa de Qualificação da Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (Qualifica SC) é uma iniciativa que vai implementar ações estratégicas voltadas à melhoria do fluxo escolar, à permanência dos estudantes e ao desempenho escolar.

O Qualifica SC possui três eixos de ação interdependentes: qualificação dos dados do Sistema de Gestão de Santa Catarina (Sisgesc) e do Educacenso, melhoria do fluxo escolar e elevação da proficiência acadêmica.

Fonte: ASCOM | SED

CERT celebra 90 anos com evento comemorativo na Praça da Catedral

Na terça-feira (15), a praça em frente à Catedral foi palco de um momento histórico e emocionante para a Rede Municipal de Ensino de Joaçaba: a comemoração dos 90 anos do Centro Educacional Roberto Trompowsky (CERT). O evento reuniu autoridades locais, profissionais da educação, alunos, ex-alunos e familiares em uma celebração marcada por homenagens, apresentações culturais e reconhecimento à trajetória da escola.

Durante a solenidade, foi feita a leitura do histórico da instituição, seguida por pronunciamentos oficiais que destacaram a importância do CERT para a formação de gerações de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da cidade e da região. Também



foram realizados momentos de reconhecimento aos alunos destaques, além de homenagens que emocionaram o público presente. As apresentações artísticas deram um toque especial ao evento, refletindo a vivacidade e o envolvimento da comunidade escolar com a história da unidade.

Fundado em 15 de julho

de 1935 como Grupo Escolar Roberto Trompowsky, o CERT foi a primeira escola pública estadual da região, iniciando suas atividades em um prédio de madeira com quatro salas de aula na então Vila Cruzeiro do Sul, hoje Joaçaba. Com o crescimento da demanda, um novo prédio foi construído em 1943,

marcando uma nova fase na história da escola. Em 1983, foi inaugurado o atual edifício, e, em 1998, a instituição foi municipalizada, passando a se chamar Centro Educacional Roberto Trompowsky. Atualmente, é a maior unidade da rede municipal, atendendo cerca de 860 alunos com o apoio de aproximadamente 100 profissionais. Nos últimos anos, tem recebido investimentos em infraestrutura, tecnologia e formação docente, fortalecendo seu papel como referência em educação na região.

A Secretária Municipal de Educação, Rosane Kunen, reforçou a relevância do momento, destacando que os 90 anos do CERT representam muito mais do que uma data

comemorativa. “Essa data celebra a nossa maior unidade da rede municipal de ensino, que há nove décadas transforma a vida de quem passa por ela, seja como aluno, professor ou membro da comunidade. Reunimos ex-alunos, familiares, autoridades e colegas da educação para reconhecer esse legado e mostrar o que de melhor é feito aqui, no âmbito pedagógico, humano e social. O CERT não é apenas a maior escola em número de atendimentos, mas uma das que mais se destaca pelo desempenho, pelas práticas inspiradoras e pela tradição. É motivo de muito orgulho celebrar esses 90 anos e, ao mesmo tempo, refletir sobre os desafios e sonhos para os próximos 90”, falou Rosane.



SELETIVO DE INVERNO 2025 UNOESC

1º SEMESTRE GRATUITO COM BOLSAS DE 100% garantidas!*

*Confira as condições na Instrução de Trabalho nº004/DIREXEC/2025 em unoesc.edu.br

PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA IMPULSIONA DESENVOLVIMENTO EM 174 MUNICÍPIOS CATARINENSES

Iniciativa do Sebrae/SC em parceria com as prefeituras busca promover desenvolvimento com base nas vocações regionais e na geração de emprego e renda

Mais da metade dos municípios de Santa Catarina está engajada em um processo de transformação voltado ao fortalecimento econômico e à melhoria do ambiente de negócios. Essa mudança tem sido impulsionada pelo programa Cidade Empreendedora, uma iniciativa do Sebrae/SC em parceria com as prefeituras, que neste ciclo 2025/2026 impacta diretamente 174 cidades do estado. O programa tem como foco o fomento ao empreendedorismo, a qualificação da gestão pública e o incentivo à inovação. Com soluções adaptadas às diferentes realidades locais — de pequenas cidades com menos de 15 mil habitantes a grandes centros urbanos com mais de 100 mil —, o Cidade Empreendedor busca promover desenvolvimento com base nas vocações regionais e na

geração de emprego e renda. “A abrangência regional e a diversidade dos municípios atendidos revelam a capacidade do Sebrae/SC de adaptar suas entregas às diferentes realidades, sem perder o foco no objetivo comum de transformar os territórios e comunidades por meio do empreendedorismo”, destaca o diretor técnico do Sebrae/SC, Fábio Zanuzzi. As ações incluem apoio direto a micro e pequenos negócios, estímulo à educação empreendedora, incentivo à inovação e à simplificação de processos, além de estratégias para atrair investimentos. Um dos diferenciais do programa é a construção conjunta de soluções com os municípios, respeitando as características e prioridades locais. Os resultados do ciclo anterior, em 2023/2024, mostram o impacto positivo da iniciativa. Entre os municípios que aplicaram o eixo de simplificação, 90% reduziram o tempo de abertura de empresas e 80% aumentaram o número de negócios formalizados. Além disso, 90% aderiram à Lei da Liberdade Econômica, que agiliza processos e facilita a atuação



Fábio Zanuzzi, diretor técnico do Sebrae/SC

empresarial. Outro destaque é que mais da metade dos prefeitos das cidades participantes foram reeleitos ou tiveram seus sucessores eleitos, o que demonstra reconhecimento popular às ações promovidas. Para Zanuzzi, o Cidade Empreendedor é uma prova de que investir em gestão pública eficiente, inovação e no fortalecimento dos pequenos negócios

pode transformar realidades locais. “O programa contribui para ampliar perspectivas, conectar oportunidades e promover desenvolvimento com objetivos bem definidos”, afirma. Com resultados concretos e crescente adesão, o Cidade Empreendedor consolida-se como uma das principais estratégias de desenvolvimento territorial em Santa Catarina.

CREA Summit foca em inovação e sustentabilidade



Kita Xavier, presidente do CREA/SC

Nos dias 25 e 26 de julho, o Expocentro de Balneário Camboriú será palco da 3ª edição do CREA Summit, com entrada gratuita e foco em inovação na engenharia, agronomia e geociências. O evento é promovido pelo CREA-SC, com apoio do Confea, Mútua e Credcrea, e espera receber mais de 2 mil participantes.

A programação inclui trilhas temáticas simultâneas, feira tecnológica com mais de 100 expositores, e painéis com especialistas e lideranças nacionais, abordando temas como: Cidades inteligentes; Agronegócio e indústria 4.0; Inteligência artificial; Sustentabilidade e inovação institucional.

A abertura traz a história do engenheiro Ricardo Faria, fundador da Granja Faria. O encerramento contará com Joaquim Leite, ex-ministro do Meio Ambiente, falando sobre transição verde e desafios climáticos. Para o presidente do CREA/SC, eng.civil Kita Xavier, o evento se consolida como um dos maiores fóruns de inovação e engenharia do Sul do país, reunindo o que há de mais atual em tecnologia, desenvolvimento sustentável e transformação digital. Inscrições e programação completa no site oficial do evento.



Sebrae
Teajuda

**Teu
negócio
dá certo.**

**Consultoria, oficina,
conteúdo e apoio.**







sebrae

sebrae.sc/teajuda

Alesc apresenta novas ações do comitê Integra em evento na Secretaria de Educação

Nesta manhã de ontem (17), ocorreu no auditório da Secretaria Estadual de Educação, em Florianópolis, a reunião e o lançamento do curso virtual do comitê, o “Curso Integra: Estratégias de Segurança e Prevenção da Violência nas Escolas”. Esteve presente a deputada Paulinha (Podemos) e o evento contou também com a presença da secretária de educação, Luciane Ceretta, além de representantes das forças de segurança pública e da sociedade civil organizada.

Alesc toma iniciativa após desastre em escola

Após o trágico ataque em 2023 em uma escola de Blumenau, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina tomou à frente e criou o Comitê Integrado de Paz e Segurança nas Escolas (Integra). Uma ação vista com unanimidade por todos os 40 deputados catarinenses. Desde então a reunião, leis e medidas foram tomadas para seguir com o aperfeiçoamento em Santa Catarina, para que não volte a ocorrer este tipo de tragédia novamente. O Integra é composto por mais de 30 entidades, poderes e órgãos públicos.

Curso visa capacitar profissionais para prevenção da violência

Durante a reunião, foi lançado o “Curso Integra: Estratégias de Segurança e Prevenção da Violência nas Escolas”. A formação tem como objetivo capacitar profissionais da educação e da segurança pública para a construção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores.

A secretária Luciane Ceretta destacou que a iniciativa está alinhada ao plano de contingência em elaboração pela pasta: “A formação dos profissionais de educação e das equipes gestoras é essencial para o enfrentamento das situações de risco nas escolas.”,

afirmou.

Ceretta também classificou que este é um assunto imprescindível: “Hoje a segurança nas escolas deve ser um dos focos de toda a Secretaria de Estado de Educação, mas dos municípios também e essa forma de conduzir pela Alesc, integrando toda a rede, é algo que vai fazer a diferença ao longo do tempo”, disse.

Parlamentar reforça atuação conjunta do Legislativo

A deputada Paulinha, destacou o papel do Parlamento na articulação das políticas públicas voltadas à segurança nas escolas. Segundo a parlamentar, o comitê, que completou dois anos em junho, representa um esforço coletivo que ultrapassa diferenças partidárias. “Toda vez que a gente fala algo do Integra, todo mundo na Alesc se ajuda. Então esse não é um trabalho individual de um deputado e sim de todo o Parlamento catarinense”, declarou.

Moção reconhece atuação de bombeiro em escola de Blumenau

Durante o encontro, foi entregue uma moção de aplauso ao bombeiro militar Curbani, que atuou para conter uma situação de risco em uma escola de Blumenau. O reconhecimento foi aprovado pela Assembleia Legislativa em razão da pronta intervenção do servidor público, que contribuiu para garantir a segurança de alunos e funcionários no local. “Eu fico feliz de estar no lugar certo e na hora certa. Eu fiz o meu papel ao intervir e conversar com o rapaz, ele me respeitou. Meus amigos dizem: 'Tudo bem, Curbani, mas se você não estivesse lá? Tu sabes qual seria o resultado?' E eu

não tenho essa resposta. Então eu estar lá, na hora certa, no local certo e proteger as crianças, me deixa feliz”, disse Curbani.

Pai de vítima defende participação ativa das famílias

O evento contou ainda com a presença de Paulo Edson, pai de uma das vítimas do episódio ocorrido em Blumenau em abril de 2023. Em seu pronunciamento, ele destacou os avanços alcançados pelo comitê desde a sua criação e defendeu maior envolvimento das famílias no cotidiano escolar. “Além das melhorias estruturais e da atenção à saúde mental, é fundamental que pais e mães participem da vida escolar dos filhos. Não podemos deixar essa responsabilidade apenas nas mãos do Estado”, afirmou.



Sobre o Comitê Integra

O Comitê Integrado de Paz e Segurança nas Escolas (Integra) foi instituído pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 2023. Presidido pelo deputado Julio Garcia (PSD), que destacou a liderança do comitê para a deputada Paulinha (Podemos), que

acompanha o desenvolvimento desde a fundação. O grupo tem como objetivo propor políticas públicas e articular ações integradas de prevenção à violência no ambiente escolar.

Com a colaboração de André Palma Ribeiro
Por Agência AL



AVISO DE LEILÃO Nº 01/2025-PML

MODALIDADE: EXCLUSIVAMENTE ON-LINE

O Leiloeiro Público Oficial Diego Wolf de Oliveira, matriculado na JUCESC sob o nº AARC 357, vem, por meio deste, **COMUNICAR O LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL, DO TIPO MAIOR LANCE, DE BENS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC** que ocorrerá no dia **24/07/2025**, com início do fechamento às 14 horas.

LOCAL:

NO SITE DO LEILOEIRO: www.diegoleiloes.com.br

OBJETO: O PRESENTE LEILÃO TEM POR OBJETO A VENDA DE BENS MÓVEIS ANTIECONÔMICOS AO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, TAIS QUAIS: VEÍCULOS LEVES E PESADOS, TRATORES, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA, ENTRE OUTRAS OPORTUNIDADES.

Edital completo e demais informações poderão ser obtidas por meio do site do leiloeiro (www.diegoleiloes.com.br) ou pelos telefones (47) 9.9928.5888 / (47) 3804.0874, ou então, no site da Prefeitura Municipal de Luzerna/GO (www.luzerna.sc.gov.br).

Luzerna/SC, 16 de julho de 2025.

Diego Wolf de Oliveira
Leiloeiro Público Oficial
Matricula JUCESC AARC 357

Empresa é condenada por manter pátio sujo propício para mosquito da dengue



Sentença em ação ajuizada pelo MPSC impõe multa diária e obriga empresa a adotar medidas sanitárias e ambientais para conter proliferação do *Aedes aegypti*. Atuação do Ministério Público foi motivada por denúncias e repetidas infrações.

O Poder Judiciário de Santa Catarina condenou uma empresa de guincho e assistência veicular, localizada às margens da BR-101, no bairro Alto Perequê, em Porto Belo, por manter um pátio de veículos em condições inadequadas que favoreciam a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, Zika e Chikungunya. A decisão judicial atende integralmente aos pedidos feitos pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em Ação Civil Pública ambiental.

A 1ª Promotoria de Justiça de Porto Belo instaurou procedimento a

partir de denúncia anônima e confirmou, por meio de diversos relatórios da Vigilância Sanitária Estadual e da Gerência Regional de Saúde de Itajaí, que o pátio acumulava água em peças automotivas e sucatas, tornando-se um grave risco sanitário e ambiental.

Mesmo após notificações e autuações administrativas desde 2022, a empresa deixou de tomar providências mínimas, como vedar reservatórios, limpar o terreno ou instalar cobertura para veículos avariados. Em 2024, novas inspeções constataram que as irregularidades persistiam e, em alguns pontos, haviam se agravado.

Na sentença, como sustentado pela 1ª Promotoria de Justiça, o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Porto Belo reconheceu que a empresa "assumiu o risco da criação de focos de mosquitos transmissores de doenças" e a condenou a cumprir uma série de

exigências sanitárias e ambientais, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil: limpeza do pátio, listar os veículos presentes, identificar e corrigir veículos que acumulam água, cobrir materiais expostos à chuva, proibir a entrada de novos veículos até a regularização e descartar corretamente materiais inservíveis em até 60 dias.

A decisão também está alinhada a legislações como a Lei Estadual n. 18.024/2020 e o Decreto Estadual n. 1.897/2022, que impõem aos proprietários de imóveis e estabelecimentos a obrigação de evitar o acúmulo de água em qualquer tipo de material, especialmente pneus, peças e sucatas.

A empresa ainda alegou que os veículos pertencem ao poder público e que caberia ao Município sua remoção, o que foi rechaçado pelo Ministério Público e pela Justiça, uma vez que o contrato firmado

entre as partes deixava claro que a ré era responsável por manter o pátio em condições adequadas, conforme leis municipais e estaduais.

Para a Promotora de Justiça Lenice Born da Silva, o caso demonstra a importância da atuação firme do Ministério Público na defesa da saúde coletiva: "Não se trata apenas de um descuido ambiental, mas de uma ameaça real à saúde pública, em um município que já contabilizava centenas de focos de dengue. A responsabilidade por impedir criadouros do mosquito é legal e intransferível", enfatizou.

De acordo com dados oficiais da Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina (DIVE/SC), citados na ação do Ministério Público, o município de Porto Belo registrava, à época da ação, em 2023, 311 focos do mosquito *Aedes aegypti*, indicador considerado de alto risco para infestação.

Esse número reforça o alerta das autoridades sanitárias e de saúde pública sobre a necessidade urgente de eliminar criadouros, especialmente em locais como ferros-velhos, pátios de veículos e imóveis com objetos expostos às chuvas.

"A presença contínua de focos em áreas urbanas, aliada à negligência de estabelecimentos comerciais em cumprir normas básicas de prevenção, eleva substancialmente o risco de epidemias de dengue, Zika e Chikungunya. Porto Belo integra, inclusive, a lista de municípios que demandam vigilância constante e ações emergenciais", complementou a Promotora de Justiça Lenice Born da Silva.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC - Correspondente Regional em Blumenau | Imagens extraídas da Ação Civil Pública

ECA 35 anos: histórias e reflexões de magistrados que atuam na proteção da infância

Há 35 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inaugurou um novo marco na proteção integral de meninos e meninas no Brasil. Desde então, muitas transformações foram conquistadas, especialmente a partir do trabalho comprometido de quem atua na linha de frente da garantia de direitos.

Na magistratura catarinense, esse compromisso se traduz em histórias comoventes, desafios constantes e convicção de que cada decisão pode mudar um destino. Em celebração a esse marco histórico, juízas e juizes da Justiça catarinense compartilham seu entendimento sobre o tema e experiências que ilustram a complexidade e a importância do trabalho na área da infância e juventude.

Os depoimentos revelam, por um lado, as dificuldades estruturais ainda enfrentadas para a efetivação das medidas protetivas, como o apoio à família de origem e o enfrentamento das múltiplas formas de vulnerabilidade social. Por outro, destacam avanços concretos no sistema de adoção, o fortalecimento de vínculos afetivos, o papel do Judiciário e uma reflexão sobre a mudança no perfil dos adotantes.

Confira depoimentos que reforçam a importância do ECA, sem deixar de apontar caminhos para o aperfeiçoamento e a necessidade de políticas públicas efetivas:

“As campanhas de conscientização produzidas pelos Tribunais e a atuação dos Grupos de Apoio à Adoção modificaram a forma como os adotantes constituem o seu perfil de habilitação, o que permite a adoção tardia, de grupos de irmãos e de crianças e adolescentes com características especiais. As famílias substitutas, que se encontram habilitadas atualmente no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), oportunizam a formação de novos núcleos familiares, os quais não eram possíveis há alguns anos.”

Juiz Christian Dalla Rosa, titular da Vara da Família, Infância e Juventude, Idosos, Órfãos e Sucessões da comarca de Xanxerê

“Com a materialização da



Doutrina da Proteção Integral em nosso ordenamento jurídico através do artigo 227 da nossa Constituição da República de 1988, surge a necessidade de uma nova Política de Atendimento da População Infanto-juvenil, com uma legislação que, ao contrário do antigo Código de Menores, reconheça crianças e adolescentes como efetivos sujeitos de direitos e não apenas objetos de intervenção Estatal.

Nesse contexto e paralelamente à criação, pela ONU (Organização das Nações Unidas), da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, surge nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, reconhecido pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) como um modelo de adaptação das legislações à Convenção Internacional.

Nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, é uma Lei de Excelência, que mais que reconhecer direitos, cria mecanismos para efetivá-los rompendo com a doutrina “menorista” e exigindo que todos os sujeitos do Sistema de Garantidas dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes conheçam e interpretem o texto legal, a fim de implementar a Doutrina da Proteção Integral de forma plena, com a observância aos Princípios da Prioridade Absoluta e do Respeito à Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento.”

Juíza Daniela Fernandes Dias Morelli, titular da Vara

da Infância e Juventude e Anexos da comarca de Jaraguá do Sul

“Um caso bem marcante diz respeito a um grupo de 5 irmãos, que foram destituídos do poder familiar por sofrerem muitas violências e negligências por seus pais. Como os irmãos eram bem apegados, a primeira opção foi a adoção de todos juntos. Inicialmente surgiu um casal que morava em outro Estado e aceitou os cinco, mas não deram conta e trouxeram de volta.

Como não havia mais ninguém no país que ficasse com todos juntos, tomamos a difícil decisão de dividir os irmãos. Uma família adotou dois e outras três famílias adotaram uma criança cada, todas de diferentes cidades de Santa Catarina. Assim os cinco foram adotados, inclusive o mais velho de 15 anos. E o melhor é que os vínculos foram mantidos, tanto que as famílias se reúnem uma vez por mês, e no último Natal os cinco irmãos com seus pais adotivos passaram o dia juntos.”

Juiz Fernando Machado Carboni, titular da Vara da Infância e Juventude e Anexos da comarca de Itajaí

“Trabalhar na área da Infância e Juventude é trabalhar com os olhos e esperança voltados para o futuro. A Infância e Juventude tem sido cada vez mais uma fase da vida reduzida, em razão da rapidez das informações e dos avanços tecnológicos e, por isso, há necessidade de implementar,

com mais eficiência, o princípio da prioridade absoluta, em todos os aspectos.

O Judiciário (e o Juiz da Infância e Juventude) tem um papel fundamental para que isso ocorra, notadamente quando assume o protagonismo articulador e interlocutor das políticas públicas e do fluxo de trabalho do Sistema de Garantias dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, com a organização de protocolos de atuação dos órgãos e entidades, reuniões intersectoriais e implementação de projetos voltados ao fortalecimento familiar e à escuta ativa e geração de conexão entre as pessoas.

Atuando há aproximadamente dez anos nesta área na Comarca de Camboriú, posso afirmar que já avançamos muito e vivencio com muita satisfação esse trabalho voltado para as gerações futuras, projetando, em meu íntimo, o mundo que eu gostaria que a minha filha e os meus netos poderão viver, com mais amor, respeito, empatia, sem preconceitos e julgamentos e mais autorresponsabilidade.”

Juíza Karina Müller, titular da Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da comarca de Camboriú

“Ao longo de mais de 10 anos na titularidade da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages, foi possível trabalhar com as mais variadas histórias de vida envolvendo crianças,

adolescentes e seus familiares em situação de vulnerabilidade.

Enfrenta-se grande dificuldade para implementação das medidas de proteção estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente para manter a criança e o adolescente com a família biológica ou extensa, devido à gravidade dos problemas no contexto sociofamiliar e à dificuldade no enfrentamento e solução dos mesmos, envolvendo questões culturais, educacionais e, naturalmente, hipossuficiência das famílias em situação de risco.

Por outro lado, ao concluir o processo legal para o encaminhamento de crianças e adolescentes para adoção, inclusive grupo de irmãos, a satisfação de atuar nesta área é imensa, compensando as agruras dos demais processos em que se toma conhecimento de toda espécie de violência praticada contra a criança e o adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa evoluir no aspecto da proteção para tornar mais efetivo o princípio da proteção integral, observando-se sempre o melhor interesse da criança e do adolescente, facilitando o seu encaminhamento para adoção quando submetidos a situações de vulnerabilidade extrema e violência em geral.

Finalmente, é preciso que o Estado em geral implemente políticas públicas relacionadas à infância e juventude, de modo a prevenir situações de vulnerabilidade, naturalmente toleradas por todos, porque rotineiras, especialmente em grandes cidades, a exemplo de crianças e adolescentes em situação de rua, mendicância, uso e tráfico de drogas, dependência química, trabalho infantil, exploração sexual, dentre outras. Portanto, o Estatuto é adequado, mas deve ser aperfeiçoado, notadamente na área da socioeducação, em que as demandas da sociedade em geral não são as mesmas da época em que o ECA entrou em vigor.”

Juiz Ricardo Alexandre Fiuza, titular da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages

Conteúdo: NCI/Assessoria de Imprensa



ORCRIM COM OITO (8) INTEGRANTES SOB CAMANDO DO EX-PRESIDENTE

Por Luis Fernando F Costa* (advluisfernando4219@gmail.com)

Antes da meia noite da segunda-feira, 14.07.2025, a PGR entregou ao STF (1. Turma) as ALEGAÇÕES FINAIS sobre o chamado Núcleo 1 da “tentativa de golpe” que culminou com o nefasto 08.01.2023 na invasão da Praça dos TRÊS PODERES e a depredação dos prédios que os abrigam: Prédio do Executivo Federal, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Nas suas ALEGAÇÕES FINAIS a PGR, através do Procurador Geral da República, Dr. PAULO GONET, discrimina as provas coletadas durante as investigações, pede a condenação de Bolsonaro e mais 7 (sete) réus por, ainda, supostamente, tentativa de golpe de estado que, por óbvio, não foi consumado, pois se fosse não estaríamos aqui escrevendo para esse prestigiado órgão da IMPRENSA escrita. Só quem viveu a DITADURA MILITAR dos 21 anos de CHUMBO, sabe o que é NÃO TER LIBERDADE em nenhuma das suas dimensões, quer seja de ir e vir, de expressar suas ideias, de ter sua ideologia respeitada, de escrever peças, artigos, matérias jornalísticas e etc. Só os incautos e POBRES DE ESPÍRITO, que não viveram ou que não sofreram as agruras de 1964 a 1985 é que, ainda, cultuam os “bolsonaros”, os “figueiredos”, os “brilhantes ustras” entre outros torturadores daquela MÁCULA da história do BRASIL!

A expectativa é de julgamento no STF em setembro/outubro 2025. QUEM VIVER, VERÁ!

No documento de 517 páginas, o PGR dedicou 137 páginas ao Réu Bolsonaro. Vejam:

https://www.migalhas.com.br/a/rquivos/2025/7/85B2F564427665_denucia-pgr-bolsonaro-condena.pdf

Em respeito ao PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL da PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, não estamos “condenando” nenhum dos RÉUS, que possuem o amplo direito de defesa e negam qualquer participação nos lamentáveis episódios narrados pela PGR, baseados nas investigações da Polícia Federal e farta documentação probatória colhida durante as diligências já efetuadas.

Assim, no documento de 517 páginas, o procurador-Geral da República, Paulo Gonet, requereu a condenação de Bolsonaro e dos demais SETE acusados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, além de deterioração de patrimônio tombado, que está detalhado na sequência.

As infrações descritas podem resultar em penas que, somadas, ultrapassam 30 anos de prisão.

Além de Jair Bolsonaro, a PGR solicitou a condenação de:

Walter Braga Netto, general do Exército, ex-ministro e candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro em 2022;

General Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança

Institucional;

Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin - Agência Brasileira de Inteligência;

Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal;

Almir Garnier, ex-comandante da Marinha;

Paulo Sérgio Nogueira, general do Exército e ex-ministro da Defesa;

Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator na investigação.

Na manifestação, o Procurador-Geral detalhou o papel atribuído ao ex-presidente na organização investigada. Gonet classificou Bolsonaro como o líder da estrutura e “principal articulador e maior beneficiário” das ações voltadas à tentativa de ruptura institucional no país em 2022.

Segundo ele, Bolsonaro utilizou o aparato estatal em um “esquema persistente” de ataques a instituições públicas e ao processo eleitoral após o resultado das eleições presidenciais.

“Com o apoio de membros do alto escalão do governo e de setores estratégicos das Forças Armadas, mobilizou sistematicamente agentes, recursos e competências estatais, à revelia do interesse público, para propagar narrativas inverídicas, provocar a instabilidade social e defender medidas autoritárias”, afirmou o procurador.

Com a apresentação das alegações da PGR, inicia-se o prazo de 15 dias para que a defesa de Mauro Cid apresente suas contrarrazões. Na sequência, os demais réus também deverão protocolar suas alegações finais no mesmo prazo de até 15 (quinze) dias.

Concluída essa etapa, caberá à 1ª turma do STF definir a data do julgamento, cuja realização é esperada para o mês de setembro/outubro, segundo expectativa nos bastidores da Corte.

ENQUADRAMENTO DOS OITO (8) ACUSADOS

1.BOLSONARO – O primeiro réu citado nas alegações finais da Ação Penal 2.668 é Jair Bolsonaro. A PGR dedicou 137 páginas ao ex-presidente e afirmou que ele usou a máquina pública para encorajar uma ruptura institucional e permanecer no poder, mesmo depois de ter perdido as eleições de 2022.

O procurador-geral da República, Dr. Paulo Gonet, afirmou que os fatos de que a denúncia tratou nem sempre tiveram os mesmos atores, mas que todos eles convergiram para o objetivo comum de assegurar a permanência de Bolsonaro na Presidência, mesmo que não vencesse as eleições e mesmo depois de haver efetivamente perdido o abono dos eleitores em 2022.

E afirmou que o grupo, liderado pelo ex-presidente e composto por figuras-chave do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas, com a finalidade de

prejudicar a alternância legítima de poder nas eleições de 2022 e minar o livre exercício dos demais Poderes constitucionais, especialmente do Poder Judiciário.

A PGR também apontou Bolsonaro como líder da organização criminosa por ser o principal articulador, maior beneficiário e autor dos mais graves atos executórios voltados à ruptura do Estado Democrático de Direito. Ele afirmou que os ataques de Bolsonaro contra autoridades não podem ser considerados meramente críticas ou desabafos. Gonet afirma:

“Um chefe de Estado detém uma capacidade singular de influenciar a opinião pública e mobilizar parcelas da sociedade. Dessa forma, suas declarações, especialmente quando hostis e desprovidas de base factual, transcendem o campo da crítica legítima e adquirem caráter de incitação e de desestabilização da democracia”.

E, ressaltou também, que essa orquestração, com o peso e a autoridade da estrutura pública por trás dela, representa/ou SÉRIA uma ameaça institucional, e não uma simples crítica. Ao longo do tempo, segundo a PGR, Bolsonaro buscou dar aparência de tecnicidade ao discurso fantasioso: “Tratou de ataque hacker, código-fonte, vulnerabilidade das urnas, voto auditável, uma infinidade de expressões que se presumem técnicas e autênticas, mas sempre colocadas fora de contexto, com o intuito de induzir o público a erro e forçar a desconfiança popular sobre o sistema eleitoral”.

A Procuradoria-Geral da República classificou como ambíguas as ações de Bolsonaro em relação aos atos golpistas de janeiro de 2023. O documento afirma:

“O comportamento de Jair Bolsonaro nas redes sociais no dia 8 de janeiro de 2023 não altera a realidade de que foi o principal responsável pela contínua radicalização e pela criação do ambiente que possibilitou a explosão de violência naquele dia. Suas posturas ambíguas e sua ausência de ação concreta para conter os ânimos inflamados por ele próprio são indícios claros de sua contribuição para a escalada de violência”.

Segundo a PGR, as evidências são claras de que o réu agiu de forma sistemática, ao longo do mandato e após sua derrota nas urnas, para incitar a insurreição e a desestabilização do Estado Democrático de Direito. E as ações de Jair Messias Bolsonaro não se limitaram a uma postura passiva de resistência à derrota, mas configuraram uma articulação consciente para gerar um ambiente propício à violência e ao golpe. A PGR enquadrou o “**mintu**” em Liderança de organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio

tombado.

2.ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Atuou sobre a credibilidade das urnas; a atuação de ministros do STF e do TSE; a acusação de fraude nas eleições de 2018; o suposto domínio de poucos servidores do TSE sobre a contagem de votos. Enquadrado-o como Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado. Por ser Parlamentar, diplomado em 12.12.24 foi enquadrado somente nestes crimes.

3.ALMIR GARNIER SANTOS – Sobre o ex-comandante da Marinha, afirmou que “a adesão explícita dele à empreitada criminosa se deu pouco tempo depois da derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, quando se iniciaram as interlocuções entre o ex-presidente e os comandantes das Forças Armadas, visando à decretação de medidas de exceção no país”. Paulo Gonet lembrou que Garnier “e todo o alto escalão do governo tinham pleno conhecimento de que as eleições haviam transcorrido com absoluta lisura. Que no Palácio da Alvorada, em 1º de novembro, os comandantes das Forças Armadas e o ministro da Defesa comunicaram ao ex-presidente da República que não havia indícios de fraude que comprometessem a legitimidade do pleito”. Mas que, no dia 7 de dezembro, medidas extremamente gravosas foram apresentadas a Garnier - sem que ele tenha sinalizado qualquer preocupação, ao contrário dos demais. Estavam presentes Jair Bolsonaro, o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira e o então comandante do Exército, Freire Gomes, além do próprio Garnier. Segundo a PGR, Bolsonaro discutiu uma minuta golpista. Além disso, segundo a PGR, o fato de Garnier ter colocado “tropas à disposição” do ex-presidente na tentativa golpista não apenas evidência a omissão, mas reforça o dolo já manifestado pela conduta do almirante, que tinha o dever de agir para impedir o golpe de Estado. Enquadrado como Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio tombado.

4.ANDERSON GUSTAVO TORRES – O homem das blitzes no Nordeste, em conjunto com o Diretor Geral da PRF Silvinei Vasques. Anderson foi enquadrado como Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio tombado.

5.AUGUSTO HELENO RIBEIRO – o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional Augusto Heleno, em atuação conjunta com Alexandre Ramagem,

preparou a narrativa difundida pelo então presidente em pronunciamentos públicos e anuiu com espionagens ilegais, baseadas em interesses particulares de Jair Bolsonaro, em flagrante desvio da estrutura brasileira de inteligência. Está enquadrado na Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio tombado.

6.MAURO CESAR BARBOSA CID – Poderá ter revisão no acordo da delação premiada e foi enquadrado na Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio tombado. (Com benefícios do acordo de colaboração premiada).

7.PAULO SÉRGIO NOGUEIRA de OLIVEIRA – O ex-ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, segundo a PGR, “assumiu papel relevante na organização criminosa, ao buscar o apoio das Forças Armadas às medidas autoritárias que seriam decretadas por Jair Bolsonaro”. Menciona as mais de dez reuniões realizadas em curto espaço de tempo no Palácio da Alvorada, inclusive com a presença dos Comandantes Militares e, assim, enquadrado-o como Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio tombado.

8.WALTER SOUZA BRAGA NETTO – O procurador-geral da República também sustentou que, sob o comando de Braga Netto, a organização criminosa empenhou-se deliberadamente em instaurar o caos social por meio de diversas estratégias: fabricação de denúncias infundadas de fraude eleitoral; disseminação de notícias falsas contra o Poder Judiciário; campanhas difamatórias direcionadas a adversários políticos; financiamento de manifestações antidemocráticas; entre outras e enquadrado-o como Organização criminosa armada; Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; Golpe de Estado; Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União; Deterioração de patrimônio tombado.

***Analista-Tributário da Receita Federal, que é DO BRASIL, (Aposentado), Advogado42019, Perito7863, Contador8556, ProfessorLP2570/93, Reg. Prof. Jornalista 0014425DF e Ativista Social**

Fecomércio lança sorteio de prêmios para movimentar R\$2 bilhões na economia

A Fecomércio de Santa Catarina lançou, na manhã de quarta-feira (16), um sorteio de prêmios que promete agitar o varejo catarinense. A ação irá sortear, no mês de setembro, dois carros, cinco motocicletas e televisores de 50 polegadas, totalizando R\$ 250 mil em prêmios. Ao todo, 970 estabelecimentos comerciais de todas as regiões do estado se cadastraram para participar da campanha, que conta também com o apoio dos sindicatos empresariais do setor terciário.

Segundo o presidente da Fecomércio, Hélio Dagnoni, a campanha tem potencial para movimentar até R\$ 2 bilhões na economia de Santa Catarina. Para concorrer aos prêmios, o cliente precisa acumular compras no valor mínimo de R\$ 200 nos estabelecimentos participantes. Serão disponibilizados, ao todo, 10 milhões de números da sorte.

“Essa é uma campanha inédita na história da Fecomércio. Nosso objetivo principal é fortalecer o

comércio, mas a ação traz consigo uma série de outras mensagens, como o combate à sonegação e o fortalecimento dos sindicatos empresariais. Acreditamos que será um grande sucesso, sendo a primeira de muitas outras”, afirma Dagnoni.

O sorteio faz parte da campanha “Comércio Local é Legal”, lançada pela Fecomércio exatamente um ano atrás, em 16 de julho de 2024. A iniciativa surgiu para combater a concorrência desleal de produtos estrangeiros e valorizar o varejo local em todo o estado. Para o vice-presidente de Varejo da Fecomércio e um dos idealizadores da ação, Marcelo Gevaerd, a adesão das empresas superou as expectativas.

“Esse é o nosso primeiro sorteio e já tivemos quase mil estabelecimentos participantes. Em todas as regiões de Santa Catarina, há empresas confiando nesse projeto. Isso é motivo de grande orgulho para a Fecomércio”, destaca Gevaerd.

Como participar



Para concorrer, é necessário acumular R\$ 200 em compras nos estabelecimentos participantes. Em seguida, o cliente deve cadastrar as notas fiscais no site da campanha: [comerciolocallegal.fecomercio-](http://comerciolocallegal.fecomercio-sc.com.br)

[sc.com.br](http://comerciolocallegal.fecomercio-sc.com.br), onde também é possível consultar a lista de lojas participantes. Os ganhadores dos prêmios serão anunciados no dia 15 de setembro, quando se celebra o Dia do Cliente.

Governo federal sanciona leis que criam rotas turísticas em Santa Catarina

Medida amplia possibilidades para quem busca se conectar com atrativos culturais, naturais, históricos, esportivos e religiosos. Ações do Ministério do Turismo estimulam o brasileiro a conhecer mais o próprio país.

Os municípios de Barra Velha, Piçarras, Penha e Navegantes, no litoral norte de Santa Catarina, passam a compor a Rota Turística Costa Azul. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, nesta quinta-feira (17/07), a Lei nº 15.166, de 2025, que oficializa a criação do percurso.

A consolidação do roteiro beneficia a população local e o estado de Santa Catarina, por ampliar opções para turistas nacionais e estrangeiros que buscam se conectar com o turismo cultural, natural, histórico e de praias.

A região dispõe de estrutura para ecoturismo, esportes de aventura e festivais gastronômicos, além de abrigar o maior parque temático da América Latina.

CAMINHO DOS PRÍNCIPES – Ainda nesta quinta-feira (17), o presidente Lula sancionou a lei que cria a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, também em Santa Catarina.

O roteiro vai ligar 10 municípios e é um importante passo para a promoção de atrativos da região, que poderá receber visitantes nacionais e estrangeiros interessados em explorar o turismo cultural, histórico, religioso, gastronômico, de esportes náuticos e de natureza.

A Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes abrange os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Corupá, Guarimirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul.

CONHEÇA O BRASIL – Para incentivar a procura de brasileiros por destinos nacionais, o Ministério do Turismo desenvolve o “Conheça o Brasil”. O movimento nacional, lançado em 2023, tem como



objetivo incentivar e facilitar viagens pelo país.

A iniciativa envolve a ampliação da conectividade aérea e da mobilidade entre destinos de norte a sul, além do aumento do fluxo de visitantes, estimulando a geração de negócios, emprego e renda nas comunidades receptoras.

A ação engloba o “Conheça o

Brasil: Voando”, uma parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) para democratizar o acesso à aviação civil e melhorar o ambiente de negócios na área.

Por Marco Guimarães - Assessoria de Comunicação do Ministério do Turismo

Governo de SC tem medidas aprovadas na Alesc, que incentivam a economia e reduzem custo da cesta básica

Medidas encaminhadas pelo Executivo garantem isenção de ICMS para alimentos essenciais, impulsionam setores estratégicos e promovem justiça fiscal

Medidas encaminhadas pelo Governo de Santa Catarina com o objetivo de promover a justiça tributária, incentivar setores estratégicos da economia e aliviar o bolso dos catarinenses foram aprovadas pela Assembleia Legislativa (Alesc) em sessões nesta terça-feira e quarta-feira, 15 e 16. O destaque entre os projetos que serão transformados em lei é a isenção total do ICMS para seis itens essenciais da cesta básica — arroz, feijão e as farinhas de trigo, arroz, milho e mandioca. A alíquota, que atualmente é de 7%, passará a ser 0%.

Com a aprovação, o Estado consolida um compromisso firmado com entidades do setor produtivo e supermercadista: reduzir a carga tributária sobre alimentos básicos para beneficiar diretamente o consumidor, estimulando a queda dos preços nas prateleiras.

“O que a gente quer é que o arroz, o feijão e a farinha fiquem mais baratos e acessíveis para quem mais precisa. Tirar o imposto desses alimentos é uma forma direta de ajudar quem vai ao supermercado toda semana lutando para fechar as contas”, destacou o governador Jorginho Mello.

Governo amplia incentivos para setores estratégicos

As propostas aprovadas também contemplam incentivos a setores produtivos fundamentais para a economia catarinense. A indústria automobilística, por exemplo, terá a alíquota de ICMS reduzida de 17% para 12% em novas categorias de picapes e veículos de transporte de mercadorias com motorização elétrica. Setores como o de eletrodomésticos, aviação, gráfico e agropecuário também estão contemplados com uma série de novos incentivos.

“A aprovação do pacote de projetos representa um avanço efetivo na política fiscal do Estado. As medidas reequilibram benefícios, fortalecem cadeias produtivas estratégicas e ampliam a justiça tributária, preservando ao mesmo tempo a responsabilidade com as contas públicas. A contribuição da Assembleia Legislativa foi fundamental para que Santa Catarina continue avançando com equilíbrio e desenvolvimento sustentável”, analisa o secretário Cleverson Siewert (Fazenda).

Transação: mais eficiência e menos litígio

Outro destaque do pacote é a adoção da transação tributária, que permitirá ao Estado promover acordos judiciais para a recuperação de créditos inscritos em dívida ativa. A medida oferece aos contribuintes condições

facilitadas, com descontos em juros e multas, além de contribuir para o equilíbrio fiscal do governo.

Incentivos renovados

O Governo de Santa Catarina garantiu ainda a renovação de incentivos para a indústria moveleira e para fabricantes de estruturas metálicas voltadas à geração de energia, com validade até 2028. Produtos como farinha de trigo, mandioca e pãozinho congelado também terão os atuais benefícios fiscais mantidos por mais quatro anos.

Revisão de benefícios

Ao mesmo tempo em que amplia e renova incentivos estratégicos, o governo promoveu uma revisão dos incentivos fiscais que se mostram excessivos e que não se justificam mais. As mudanças envolvem a indústria do cobre e o setor de bovinos — os dois continuarão tendo benefícios, mas em montante menor do que vinha sendo praticado, garantindo a redução de quase R\$ 400 milhões por ano em benefícios.

IPVA mais justo e com foco na inclusão

Outra medida importante aprovada é o ajuste nas regras de isenção do IPVA, com foco em justiça fiscal e inclusão social. A principal mudança estabelece um limite de R\$ 200 mil para a isenção de IPVA dos veículos utilizados por pessoas com deficiência (PCDs). A regra valerá apenas para novos pedidos e alinha Santa Catarina à prática de outros 17 Estados brasileiros que já impõem valores máximos aos veículos isentos.

A medida também inclui as pessoas com síndrome de Down entre os beneficiários do direito à isenção do IPVA — uma ampliação do acesso a um direito garantido e que reforça a política de inclusão social no Estado.

Crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões

Por meio do pacote, o Governo de Santa Catarina também obteve autorização para contratar um crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. A operação segue práticas modernas de gestão financeira, oferecendo ao Estado acesso a recursos com total flexibilidade: não há custo se o crédito não for utilizado e a tarifa de estruturação só será paga caso os valores sejam efetivamente desembolsados.

Os recursos poderão ser usados em áreas estratégicas como Infraestrutura, Segurança, Habitação, Defesa Civil e Assistência Social. A medida garante uma reserva financeira para investimentos em projetos estruturantes sem comprometer o equilíbrio fiscal do Estado.

MEDIDAS APROVADAS

As propostas voltadas à cesta básica e ao setor agropecuário foram aprovadas em dois projetos de lei

separados. As demais propostas foram aprovadas em um único PL.

Cesta básica

Projeto zera o único imposto estadual que incide sobre o arroz, o feijão e as farinhas de trigo, milho, mandioca e de arroz. Com a medida, as alíquotas de ICMS para estes alimentos passa dos atuais 7% para 0% (operações internas). A isenção do imposto sobre esses itens representa uma renúncia adicional de aproximadamente R\$ 130 milhões.

Setor automobilístico

Projeto reduz a alíquota do ICMS de 17% para 12% para três novas NCMs* de veículos automotores: NCM 8704.41.00: Picape diesel elétrica; NCM 8704.51.00: Picape gasolina / álcool / elétrica; NCM 8704.60.00:

Outros veículos automóveis para transporte de mercadorias, unicamente com motor elétrico para propulsão, exceto veículo de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas.

Como veículos automotores têm alíquota de 12%, a medida garante a padronização com os demais veículos, além de promover a sustentabilidade ambiental e maior eficiência energética. O impacto financeiro é estimado em R\$ 2,9 milhões/ano.

*Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma nomenclatura regional para categorização de mercadorias adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sendo fundamental para determinar os tributos envolvidos nas operações de comércio exterior e de saída de produtos industrializados.

Setor gráfico

Projeto assegura crédito presumido de até 30% do ICMS devido nas operações com determinados produtos gráficos, como chapas, auto adesivos e etiquetas. Com a medida, as empresas catarinenses do setor terão participação 15% maior no mercado da região Sul, o que deve gerar cerca de 850 novos empregos e até R\$ 18 milhões em novos investimentos privados nos próximos três anos. O impacto financeiro será de aproximadamente R\$ 17,6 milhões/ano.

Macroalgas

Projeto assegura a isenção do ICMS nas saídas internas e interestaduais resultantes do cultivo de macroalgas, além da inclusão da macroalga Kappaphycus Alverezii na relação de produtos primários na legislação do ICMS. Trata-se de um setor em expansão, que oferece matéria-prima para bioestimulantes (agricultura) e alimentação animal. Há previsão de 141 novas cessões de fazendas marinhas pelo Ministério da Pesca, sendo a maioria destinada ao cultivo de macroalgas: 55 em Florianópolis; 8 em Governador Celso Ramos e 78 em Biguaçu. O impacto

financeiro é estimado em R\$ 200 mil/ano.

Setor de eletrodomésticos

Projeto assegura crédito presumido do ICMS de 2,5% nas saídas interestaduais tributadas a 12%. Medida é similar ao benefício já concedido em 2024, mas inclui novas mercadorias como ventiladores, climatizadores, fornos, tanquinhos de até 10kg, centrífugas e máquinas de lavar até 18kg.

Benefício será equivalente ao praticado no Paraná por meio do Programa Paraná Competitivo, incluindo os mesmos requisitos: realizar investimentos e estar localizado em município com universidade federal ou instituto federal. O impacto é estimado em R\$ 57,3 milhões/ano.

Setor de aviação

Projeto assegura a suspensão e isenção do pagamento do ICMS incidente no desembarço aduaneiro relacionado à estocagem de alimentos, bebidas e outros materiais no aeroporto durante pousos e decolagens de voos internacionais. A medida replica o que já ocorre em relação aos tributos federais. O impacto financeiro é de R\$ 175 mil/ano.

Setor agropecuário

Projeto permite que o crédito presumido relativo à entrada de aves e suínos vivos (4%) seja considerado crédito acumulado proporcionalmente às exportações. O impacto financeiro é estimado em R\$ 116,6 milhões/ano.

Nesse mesmo contexto, também foi aprovado na Alesc outro projeto de lei (403/2024) que assegura a manutenção de incentivos relacionados a insumos agropecuários que totalizam de cerca de R\$ 700 milhões/ano. Trata-se de um benefício garantido há mais de duas décadas à agroindústria catarinense.

Em paralelo, sem necessidade de alteração legislativa, o Estado irá reduzir em 0,5 o multiplicador para cálculo do crédito presumido concedido aos estabelecimentos abatedores de aves e suínos. A redução desse multiplicador terá impacto positivo de cerca de R\$ 100 milhões/ano.

A agroindústria de SC

representa cerca de 30% do PIB catarinense, gera aproximadamente 1 milhão de empregos formais e informais, responde por 70% das exportações e por 40% da produção total do Estado.

DESBUROCRATIZAÇÃO --

A medida foi aprovada no mesmo projeto de lei que trata das novas concessões.

Prodec

Projeto revoga dispositivos relacionados ao Prodec que tratam do desconto de acordo com o arranjo produtivo do setor agroindustrial (Lei 13.342/2005) e não são mais aplicados na prática.

A medida soluciona uma condição de inviabilidade operacional devido à dinâmica

de aquisição de insumos (leite in natura) de produtores de diferentes municípios, além de evitar a concorrência desleal entre produtores de leite que têm o desconto e outros que não têm. Também soluciona a dificuldade envolvida na prestação de contas da renúncia de receita diante da ausência de critérios objetivos.

RENOVAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (1 PL)

Todas as propostas aprovadas que tratam da renovação de incentivos fiscais foram encaminhadas em um único projeto de lei

Projeto aprovado renova até dezembro de 2028 benefícios de crédito presumido já concedidos anteriormente com vigência até dezembro de 2024. Medidas equiparam Santa Catarina à legislação do Paraná.

Farinha de trigo e mistura para preparação de pães: Impacto financeiro de R\$ 20 milhões/ano. 16 empresas potencialmente atendidas. 1,6 mil empregos envolvidos

Mandioca: Impacto financeiro de R\$ 4,5 milhões/ano; 28 empresas potencialmente atendidas; 50 mil empregos envolvidos

Fabricantes de móveis: Impacto financeiro de R\$ 7,6 milhões/ano; 250 fabricantes potencialmente atendidos; 9 mil empregos envolvidos

Fabricantes de estruturas metálicas para o setor de energia; Impacto financeiro de R\$ 8,7 milhões/ano; 5 fabricantes potencialmente atendidos. Cerca de 90 empregos envolvidos;

REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS (1 PL)

Bovinos

SC concede crédito presumido aos abatedores de gado bovino e bubalino (búfalos) que totalizam cerca de R\$ 347 milhões em incentivos fiscais por ano. Medida irá alterar os atuais percentuais de 13,3% ou 14% para 11,9% e de 12% para 11%, dependendo da operação, e vedar o acúmulo desses créditos.

Proposta aprovada: redução de R\$ 113,4 milhões em incentivos para o setor bovino.

2 IPVA

Aprovados ajustes pontuais na lei do IPVA para torná-la mais clara e estabelecer um valor-limite de isenção em relação ao veículo, além de garantir a inclusão de pessoa com síndrome de Down como beneficiária.

Isenções (PCD)

Atualmente, a política de isenção do IPVA cobrado em Santa Catarina não determina limite de valor para o veículo. Há casos, por exemplo, de veículos avaliados em quase R\$ 1 milhão e que contam com a isenção em SC.

Proposta aprovada: Estabelecer, como limite para isenção de IPVA, o valor do veículo em até R\$ 200 mil. O limite será aplicado apenas para os novos pedidos de isenção.

17 Estados brasileiros já impõem um valor-limite aos veículos isentos

Os limites estabelecidos variam de R\$ 55 mil a R\$ 154 mil

A maioria dos veículos com isenção em SC está abaixo dos R\$ 200 mil

3 TRANSAÇÃO

Proposta aprova institui a possibilidade da transação resolutiva de litígios relativos à cobrança de créditos tributários e não tributários, nos mesmos termos do Convênio 210/2023 do Confaz — transação é o acordo que põe fim ao litígio por meio de concessões recíprocas.

A medida irá permitir a redução de multas, juros, acréscimos legais e honorários advocatícios, sendo vedada a redução do valor principal. A adesão ocorrerá por meio de edital.

Serão abrangidos somente os débitos inscritos em Dívida Ativa que atendam a uma das seguintes condições:

Classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação

De pequeno valor

Objeto de litígios tributários decorrentes de controvérsia jurídica

4 OPERAÇÃO

A proposta aprovada assegura a contratação de crédito contingente de R\$ 2,6 bilhões junto ao Banco do Brasil. Medida é inspirada nas melhores práticas da iniciativa privada, garantindo mais flexibilidade e autonomia para o Estado investir e dar continuidade a projetos estruturantes de longo prazo.

Captação de recursos ocorrerá da seguinte forma:

Sem comissão de permanência

Tarifa de estruturação paga somente se usar o recurso

Não é necessário desembolsar todo o recurso

Custo zero para o Estado se não usar o crédito

Áreas habilitadas para o aporte dos recursos:

Áreas habilitadas para o aporte dos recursos:

Infraestrutura

Justiça e Cidadania

Assistência Social

Habitação

Segurança

Defesa Civil

Jorginho agradece a Alesc na noite de lançamento da Efapi, em Florianópolis

O governador Jorginho Melo agradeceu o presidente da Assembleia Legislativa, Julio Garcia (PSD), em seu pronunciamento no lançamento da Efapi, na noite de quarta-feira, 16. O evento reuniu grande número autoridades e personalidades, no Magestic Hotel, em Florianópolis, a convite do prefeito de Chapecó, João Rodrigues, cidade sede do grande evento multisetorial, que acontece em outubro, na cidade do Oeste catarinense.

Governo e GOL anunciam novos voos partindo de Chapecó e Correia Pinto

O governador Jorginho Mello anunciou nesta quinta-feira, 17, novos voos partindo de Chapecó e Correia Pinto, operados pela companhia aérea GOL. O anúncio foi feito junto à vice-governadora Marilisa Bohem e a representantes da empresa em encontro na Casa d'Agrônômica. As novas operações estão previstas para começar neste segundo semestre e desta forma a GOL passará a atuar em cinco aeroportos do estado.

As duas rotas confirmadas vão atender importantes reivindicações regionais. A partir de Chapecó, já atendida com operações para São Paulo/Congonhas e Guarulhos, a empresa voará três vezes por semana para Florianópolis, aumentando as opções dos passageiros que precisam se deslocar dentro do estado.

Já os passageiros da Serra catarinense terão também a opção de voar de Correia Pinto – nova base da GOL em SC – para o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com três frequências semanais.

“É mais uma prova de que todos os investimentos que estamos fazendo nos aeroportos de Santa Catarina trazem muito resultado. O Aeroporto Regional da Serra catarinense agora volta a estar conectado com São Paulo, algo que nunca deveria ter deixado de acontecer, mas que felizmente conseguimos consertar aqui com esse importante anúncio. E Chapecó passa a ter mais uma opção de voo para Florianópolis,



uma região que precisava desse reforço e agora passa a contar com mais uma linha operando e fazendo essa conexão das duas pontas do nosso estado, de Leste a Oeste”, afirma o governador Jorginho Mello.

“Um segundo voo de Chapecó para Florianópolis sempre foi uma das principais reivindicações do Oeste catarinense e agora a GOL vai ser uma opção para os usuários. Em Correia Pinto, a empresa chega para ocupar um espaço importante, para atender a uma região que precisava de um novo voo e vai conectar a nossa Serra catarinense com um dos principais aeroportos do país”, argumenta o secretário de

Portos, Aeroportos e Ferrovias (Spaf), Beto Martins.

“O lançamento desses três voos semanais entre Chapecó e Florianópolis, e de Correia Pinto para Congonhas, operados pela GOL, representa um avanço significativo no governo Jorginho Mello. Essa nova malha aérea não só facilita o deslocamento interno no estado, conectando o Oeste e a Serra à capital, mas também nos liga a um dos principais hubs nacionais, Congonhas. Isso potencializa o turismo em todas as regiões, tornando nossas belezas naturais, cultura e oportunidades de negócios ainda mais acessíveis para visitantes de todo o Brasil,

principalmente nessa estação inverno,” afirma a secretária Catiane Seif.

“Agradecemos imensamente ao Governo de Santa Catarina pela confiança na Companhia. Temos a convicção de que tanto a abertura da nova base doméstica da GOL, em Correia Pinto, quanto a nova rota interestadual Chapecó-Florianópolis impulsionarão ainda mais o turismo e os negócios neste importante estado sulista”, acrescenta Renata Fonseca, Chief Legal Officer (CLO) e diretora executiva de Relações Governamentais e Institucionais da GOL.

O início das vendas de bilhetes para as duas rotas está previsto para o fim de julho. Os voos em Chapecó começarão em 2 de outubro e em Correia Pinto em 27 de novembro.

Crescimento do setor aéreo catarinense

As ações do Estado com melhorias e obras nos aeroportos públicos, os incentivos fiscais sobre o querosene de aviação, são alguns dos fatores que têm contribuído para o crescimento do setor aéreo em Santa Catarina. O movimento de passageiros internacionais cresceu 700% nos últimos três anos, com o terceiro maior movimento do país, e o índice de passageiros/per capita chegou a 1,1, enquanto o índice nacional é de 0,47 passageiros/per capita.

Rafael Matos | SPAF

